

**SUBALTERNIDADE E ANTI-LITERATURA:  
A POLÍTICA E OS LIMITES DA REPRESENTAÇÃO NO BRASIL E NA  
ARGENTINA MODERNOS**

**SUBALTERNITY AND ANTI-LITERATURE:  
THE POLITICS AND LIMITS OF REPRESENTATION IN MODERNS BRAZIL  
AND ARGENTINA**

**Renato Almeida de Moraes<sup>1</sup>**

**Resumo:** Anti-Literatura objetiva repensar o próprio conceito contemporâneo de literatura. Debruçando-se sobre as principais formas latino-americanas de escrita experimental da década de 1920 até o final do século XX, Shellhorse reforça o potencial da literatura como canal para reflexão e reação radical às culturas políticas e culturas contemporâneas. Colocando as literaturas brasileira e argentina no cerne de um novo paradigma interpretativo, Shellhorse desafia as discussões prevaletentes sobre a projeção histórica e a força crítica da literatura latino-americana. Dissecando uma vasta gama de textos e mídias, o autor delinea o potencial subversivo dos modos anti-literários de escrita.

**Palavras-chave:** anti-Literatura; Brasil; Argentina; política; subalternidade

**Abstract:** Anti-Literature aims to rethink the contemporary concept of literature itself. Leaning on the main Latin American forms of experimental writing from the 1920s to the end of the 20th century, Shellhorse reinforces the potential of literature as a channel for reflection and radical reaction to contemporary political and cultural cultures. Placing the Brazilian and Argentine literature at the center of a new interpretive paradigm, Shellhorse challenges the prevailing discussions about the historical projection and the critical force of Latin American literature. Dissecting a wide range of texts and media, the author outlines the subversive potential of anti-literary modes of writing.

**Keywords:** anti-Literature; Brazil; Argentina; politics; subalternity

**Resenha**

---

<sup>1</sup> Doutor pela Universidade de São Paulo, Professor Adjunto na Universidade Federal de São Carlos, renato.a.moraes@gmail.com

SHELLHORSE, Adam Joseph. *Anti-Literature: the politics and limits of representation in moderns Brazil and Argentina*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2017.

A obra é um esforço teórico e empírico, via estudos de caso, para construir um novo paradigma interpretativo para os Estudos literários: a Anti-literatura. O autor apresenta uma ampla discussão que visa se contrapor às matrizes interpretativas hegemônicas que compreendem a literatura como representações miméticas das identidades nacionais, fortemente centradas no papel do Estado. Ele se debruça sobre uma literatura que retrata experiências historicamente marginalizadas por trazerem, autorreflexivamente, questionamentos sobre os limites da literatura como regime representacional. Shellhorse busca reconhecer a relação intrínseca entre literatura, política e identidade na América Latina. O tema do livro é a recusa do autor em enxergar a literatura latino-americana como um projeto representacional, cuja estética e política residiriam não na articulação do elemento de identidade, mas, sim, na conformação de um conjunto de afetos que recuperam o papel dos subalternizados.

Shellhorse, em *Anti-Literature*, coloca-se uma questão bastante intrincada como seu *leitmotiv*: o que se pode entender por literatura nesses novos tempos de estudos literários pós-hegemônicos? A fim de dar conta desse desafio, o autor se vale de cruzamentos de teorias sofisticadas de estudos literários e de filosofia, e faz uso de uma vasta gama de *corpus* literários heterogêneos. Por estudos literários pós-hegemônicos, Shellhorse entende o fim das formas literárias centralizadas no Estado, bem como um distanciamento dos modelos ideológicos da crítica literária marxista. Como substitutivo a essas duas matrizes analíticas, o autor constrói a ideia de anti-literatura. Esse novo paradigma interpretativo seria suficiente para satisfazer as exigências de leitura e análise frente à perda da legitimidade e de objetividade que os modelos hegemônicos visam assegurar.

A linha mestra para a construção do paradigma da anti-literatura remete ao livro de John Beverley, *Against Literature*, de 1993. Daí já se apreende que Shellhorse possui domínio e conhecimento do atual estado da arte dos estudos literários. De Beverley, Shellhorse recupera o questionamento sobre se existiram “experiências no mundo de hoje que seriam deturpadas pela literatura como a conhecemos”, dando-lhe nova resposta a partir da inversão da lógica do próprio Beverley. Este, em seu livro de 1993, asseverou que a possibilidade de uma crítica não-hegemônica da literatura somente poder-se-ia advir de formas extraliterárias,

como o testemunho, por exemplo. Shellhorse mantém o mesmo questionamento, mas inverte o sentido do perquirimento de Beverley, dando-lhe uma nova resposta que, a seu ver, é mais exequível e adequada. Para o autor de *Anti-Literature*, o questionamento mais correto seria perguntar-se se a literatura como a conhecemos poderia ser subvertida melhor se partisse de si mesma. A resposta a tal questão abre todo um novo universo de possibilidades interpretativas, pois são justamente os textos experimentais que abrem espaço para perspectivas anteriormente excluídas pelas correntes hegemônicas, justamente não por representarem mimeticamente experiências historicamente marginalizadas, mas, sim, por trazerem, autorreflexivamente, os limites da literatura como regime representacional. Com isso, Shellhorse afirma existir uma relação intrínseca entre literatura, política e identidade na América Latina.

Reconstruindo a história intelectual que se iniciou no Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade, que passou pela revista Contorno, dos anos 1950, marcada pelos debates sartreanos sobre o compromisso, atravessando a narrativa da transculturação de Ángel Rama, e chegando tanto nos estudos subalternos da década de 1990 quanto na pós-hegemonia de Jon Beasley-Murray, Shellhorse se recusa a enxergar a literatura latino-americana como um projeto representacional, cuja estética e política residiam na articulação do elemento de identidade. Essa perspectiva dos estudos literários, que foi denominada por Rama como “Boom”, é vista por Shellhorse como extremamente problemática por ser demasiadamente centrada no Estado e por estar embasada nos conceitos de classe e de paternalismo.

No seu esforço de reposicionar a pergunta central que norteou o trabalho de Beverley, e de proceder com uma nova demarcação geopolítica via escolha dos autores segundo seus projetos anti-literários, Shellhorse segue os traços iniciados por Alberto Moreiras no sentido de interromper as pretensões identitárias e representacionais do mundo. Com isso, o autor consegue não cair nos equívocos de Beverley, quem recorreu às matérias subalternizadas, via testemunhos, para erigir um modelo teórico alternativo ao hegemônico à época. Segundo Shellhorse, recorrer ao ímpeto identitário para representar o cerne de uma nação ou do núcleo duro de uma cultura acarretaria ou na exclusão ou na cooptação das identidades minoritárias, acachapando as diferenças que são intrínsecas às sociedades modernas. Além disso, aquela literatura representacional não apreende a radicalidade da própria construção textual revolucionária do texto experimental, posto tratar-se de uma perspectiva reacionária.

Contra tanto o “Boom” como uma ideologia estatal, de um lado, quanto da literatura de testemunho, de outro, Shellhorse apregoa que a anti-literatura é uma experimentação pós-

hegemônica pautada pela transmissão de sensações por via dos afetos. Os escritos anti-literários possuem a capacidade de ligar a escrita aos indivíduos alheios à literatura, de forma a definir uma nova formação da própria comunidade política. A escrita, segundo esse novo paradigma, é um processo sensorial de força perene. A pergunta “o que é literatura” pode ser melhor respondida apenas no despertar para a exaustão da literatura, “quando a chegada da conta derrotista demandar um tempo para falar concretamente”.

Através do conceito de politização dos afetos, de Baesley-Murray, e da noção de estética do sensível como política, de Jacques Rancière, o autor identifica o poder político das obras anti-literárias não na sua capacidade de determinar um contexto, uma mensagem ou uma ideologia, mas na sua inclinação em reconfigurar afetivamente as relações, subvertendo o mundo sensível que, nas palavras de Shellhorse, é “o sistema de regras implícitas para ver, falar e fazer que une e divide a comunidade”.

Shellhorse estabelece um diálogo com Francine Masiello, que, por sua vez, reforça a importância da materialidade da linguagem e do imanente, da experiência afetiva da leitura como forma de engajamento político. É nessa autorreflexividade e estética antirrepresentativa que Shellhorse funda seu compromisso político, sendo que este pretende fazer-se solidário com os subalternizados, com as mulheres e com as minorias, sem pretender traduzir as vozes marginalizadas na forma de literatura. Isto, e aí se encerra sua grande tese, por ser impossível de fazê-lo senão através de uma radical refundação daquilo que seja a própria literatura.

Shellhorse elenca e explora alguns textos como estudos de caso, cujos autores retratam de forma paradigmática o que ele pretende chamar de anti-literatura: Clarice Lispector, com a sua linguagem vívida e seu feminismo imanente; a literatura de David Viñas, com seu materialismo desencantado; o aspecto pós-culturalista e pós-conceitual da poesia concretista; a poética barroca de Haroldo de Campos e Osman Lins; e a mediação redentora e messiânica entre a fotografia de Sebastião Salgado e o poema “O anjo esquecido da história”, de Haroldo de Campos.

No primeiro capítulo, Shellhorse se dedica a apresentar “A hora da estrela”, romance de Clarice Lispector pautado por um tom fortemente autorreflexivo. Através dele, o autor inicia toda sua argumentação, salientando como que Macabéa, a perfeita representação da figura indigente da mulher, é agonicamente apresentada por um narrador masculino quase impassível, herdeiro de uma classe altamente escolarizada e portador de valores típicos da classe média. Novamente, Shellhorse é bastante feliz ao se valer do trabalho de outros intelectuais no escrutínio da obra literária. Recorrendo à noção de feminino de Luce Irigaray,

o autor, para fundar o traço anti-literário da obra de Lispector, constrói toda uma argumentação sobre a subjetividade de Macabéa, entendida como a encarnação da frustração das estruturas narrativas e das premissas teóricas do narrador masculino, que vê na alteridade feminina uma linguagem dos afetos impossível de ser categorizada.

No capítulo segundo, dedicado a David Viñas e ao romance “Dar la cara”, Shellhorse se contrapõe às interpretações correntes que apontam para o aspecto esquematicamente ideológico de Viñas. Shellhorse argumenta que é justamente o experimentalismo formal de Viñas que o situa entre o cinematográfico e o literário, rompendo com o papel civilizatório característico da produção literária argentina. Viñas, ao recusar-se tomar a literatura argentina como uma construção imagética da vingança da civilização contra uma massa de bárbaros, acaba por parodiar as obras de Esteban Echevarría e Sarmiento, que construíram a imagem de alteridade centrada na identidade nacional. Viñas rompe drasticamente com esse traço literário tipicamente argentino, descortinando a impossibilidade de representações miméticas através da invocação de comunidades minoritárias, a saber, judeus, gays e artistas, que jamais caberiam nos moldes estáveis típicos dos objetos de representação.

O terceiro capítulo é, assim como o primeiro, sobre Clarice, um ponto que merece bastante destaque. Shellhorse é extremamente feliz ao estabelecer um paralelo entre o Manifesto Antropofágico do final dos anos 1920, de Oswald de Andrade, e a poesia concretista das décadas posteriores. O ponto mais arguto do seu texto está na sua recusa em compreender o movimento antropofágico como mais um elemento identitário e, sim, como um movimento autorreflexivo. O que a poesia concretista possui de antropofágica é sua habilidade de canibalizar diversos *medias*, diferentes discursos e objetos culturais, rompendo com a visão hegemônica de representação mimética. O autor é extremamente sagaz por ter estabelecido um vínculo direto entre o movimento antropofágico e o concretismo poético da segunda metade do séc. XX. Shellhorse mostra-se arguto conhecedor do trabalho de crítica literária do período, com especial recuso às obras de Décio Pignatari, Guy Debord e Jean-Paul Sartre. Ademais, ele reforça bem a ausência de pontuação, o abandono de toda e qualquer lírica, e a infiltração do fazer poético concretista em propagandas e na *pop art* denotam a ânsia daquela anti-literatura em devorar politicamente os espaços hegemônicos.

No capítulo quarto, Shellhorse especifica ainda mais a análise da poesia concretista de Haroldo de Campos, iniciada no próprio capítulo três. Dando especial atenção à ambiciosa prosa poética das Galáxias, fruto de um trabalho hercúleo que consumiu cerca de treze anos do trabalho, o autor ressalta os objetivos políticos do poeta concretista: chamar o leitor a uma

forma de participação revolucionária de apreensão da obra anti-literária. Assim, Shellhorse convida o leitor a enfrentar a própria imanência e materialidade da linguagem via os passos dados pelos afetos. Como o próprio autor assevera, a mutação contínua e a experiência vertiginosa em romper todos os limites, em *Galáxias*, personifica o que ele entende por liberdade literária. É neste capítulo, acredito eu, que Shellhorse consegue consolidar de forma mais precisa o papel anti-mimético e avesso a qualquer traço de representação da anti-literatura. É sem eu estudo de *Galáxias* que toma corpo a força da anti-literatura em forçar o leitor a ler, a perceber e a agir de acordo com a própria finitude da escrita. Shellhorse muito bem aponta a preocupação de Campos com a ditadura militar e o papel que ele atribuiu à nova linguagem de *as Galáxias* em conectar os subalternos a uma linguagem que serviria como último reduto para a resistência ao poder hegemônico.

No capítulo cinco, Shellhorse recupera os escritos de Osman Lins. Refazendo a tessitura de ornamentação barroca e a violência com as quais Lins opera sua escrita, o autor reforça a importância da condensação da linguagem de Lins no campo da não representação. Trata-se de uma verdadeira elegia aos subalternos. Nesse capítulo, Shellhorse é extremamente feliz ao exumar a escrita experimental e os compromissos políticos de Lins, reforçados pela riqueza poética de sua linguagem. Shellhorse é novamente muito sagaz ao trazer novamente Alberto Moreiras para o debate. Via este autor, Shellhorse é capaz de estabelecer as similitudes estruturais entre um supra-regionalismo e um projeto hegemônico de arrefecer o desprestígio dos subalternizados. Assim, o romance se torna uma “máquina de apropriação” da cultura de alteridade, uma vez que práticas teóricas da subalternidade nascem da oposição a qualquer apropriação esquemática. Concomitantemente, temos a questão da violência. Lins, ao escrever contra a violência simbólica operada pelos sistemas hegemônicos via uma escrita pautada pela ornamentação do subalterno, objetiva construir uma dimensão metatextual contrafactual, ou seja, visa duplicar seus objetivos narrativos: de um lado, tem-se a deterioração da escrita violenta como uma contra-escrita, o que denota a finitude da própria escrita; e, de outro, a desterritorialização da própria escrita violenta e do olhar etnográfico, o que resulta na universalização da condição dos indivíduos como um corpo de zés-ninguém que habita os mais recônditos espaços de pobreza no Brasil.

No último capítulo, o sexto, Shellhorse examina o poema “O anjo esquerdo da História”, de Haroldo de Campos, obra experimental escrita em homenagem ao assassinato de dezenove trabalhadores, camponeses do Movimento dos Sem Terra (MST). Segundo o autor, Campos pretendeu ir além da mera representação das vítimas como exemplos de subalternos;

ele buscou através da expressão rítmica, gráfica e da pontuação expressar a violência e apontar as orientações futuras das lutas por reconhecimento do movimento dos sem-terra. Esse é um capítulo extremamente importante na obra de Shellhorse. Trata-se do fechamento de toda uma argumentação que visa reforçar a necessidade do abandono da referencialidade através da apresentação de um caso emblemático. O poema experimental de Campos substancializa a mais importante contribuição da anti-literatura, a saber, o trabalho auto-reflexivo possibilitado pela política radical de experimentação formal. Esse é o núcleo duro que se substancializa no sexto capítulo e que já estava sendo esboçado e frisado em todos os capítulos anteriores. Indubitavelmente, é sobre esse ponto que Shellhorse funda a originalidade do paradigma da Anti-literatura. Seu ganho analítico está em proporcionar uma representação política própria sem hierarquizar, como fazem as teorias hegemônicas, os escritos literários entre os de primeiro e de segundo time, os fulcrais e os acessórios, para que se possa compreender a modernidade literária da América-latina sem os grilhões dos modelos hegemônicos, em sua maioria cosmopolitas, masculinos e orientados por uma visão centrada na importância do Estado.

Em resumo, o autor consegue, de forma muito bem elaborada, construir *pari passu* o caminho para a consolidação do paradigma interpretativo ao qual reivindica maior assertividade. A recusa pelos modelos miméticos, a repulsa pelos caracteres representacionais dos excluídos, a valorização de uma linguagem experimental e a aversão a uma literatura estatal são paulatinamente construídas capítulo a capítulo de forma coesa, coerente e extremamente erudita.

Contudo, todos esses propósitos acima elencados tornam-se perfeitamente elucidados e exemplificados no cerne da literatura brasileira, mas carecem da mesma precisão no que tange à literatura argentina. Salta aos olhos a desproporção entre a abordagem da tradição literária argentina frente à brasileira. A meu ver, mais acertado teria sido o autor optar apenas pelo estudo dos textos brasileiros, posto que de argentino só queda um autor. Em um exercício especulativo, pode-se afirmar que Shellhorse possa ter objetivado apresentar-se como um referencial teórico em ambas as Américas, hispânica e portuguesa, mas melhor teria sido se ele tivesse construído, com mais robustez, os paralelos entre a anti-literatura e a produção literária argentina. Confesso que, como crítico, compreendi pouco a valia do parágrafo sobre David Viñas. Trata-se de um capítulo que, apesar de extremamente interessante, soa-me completamente solto dentro do debate proposto pelo autor. Trata-se de um excelente livro sobre a anti-literatura brasileira, mas uma desconectada e insatisfatória

abordagem da literatura argentina. Mas é importante frisar que capítulo sobre Viñas não contamina a obra como um todo, mas, indubitavelmente, trata-se de um capítulo facilmente suprimível.

*Recebido em 08 de junho de 2019.  
Aceito em 16 de novembro de 2019.*